

Vicente Pires mais perto da regularização

Já está pronta a primeira etapa do Estudo de Impacto Ambiental da região

LUÍSA MEDEIROS

A primeira etapa do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da região de Vicente Pires está pronta. Após dez meses da assinatura do convênio de regularização fundiária entre moradores e União, dona majoritária das terras, o processo começa a sair do papel. O diagnóstico da área de 2,3 mil hectares revela, entre outras coisas, que 40% das casas, construídas perto de córregos ou nascentes, em Áreas de Proteção Permanente (APP), têm chance de ficarem em pé, ao contrário do dito até hoje pelos órgãos ambientais. A alternativa proposta pelo estudo é que os moradores arquem com a compensação ambiental de outras áreas.

Dados do EIA mostram que hoje existem 447 lotes localizados em APPs, ou seja, em áreas a 30 metros de distância de córregos e a 50 metros de nascentes. Destes, 207 lotes têm casas com moradores. Do montante, 40% das construções podem ficar na região, pois, não são agravantes ambientais ao local. O estudo não está considerando como APP as áreas de veredas (solo escuro e encharcado) porque, segundo Cristiano Goulart, diretor da Geo Lógica, empresa contratada, na maioria dos casos, as características originais foram alteradas.

Procurado pela reportagem, o gerente regional do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Francisco Palhares, sinalizou positivamente para a possibilidade de fazer compensação ambiental, seja na área de objeto ou em outras a serem definidas. De acordo com ele, em alguns lugares, dependendo da ação do homem no local, a viabilidade de recuperação da área é quase impossível.

"Acredito que seja possível exigir dos moradores a compensação no valor de 0,5% do empreendimento. Os responsáveis pela degradação terão que ser punidos. Mas isso avaliaremos caso a caso", adianta o gerente, que ainda não teve acesso oficial ao estudo.

É que o diagnóstico com mais de mil páginas será apresentado ao Ibama e ao Ministério Público Federal na segunda-feira. A aprovação pelos órgãos é decisiva para o andamento do processo de legalização da Colônia Agrícola Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia, Colônia Agrícola Cana-do-Reino e Vila São José – que possuem cerca de 40 mil habitantes. Destes, mil devem morar em APPs.

Caso os órgãos aproveem a primeira etapa do EIA (uma espécie de raio-x da região), a liberação da licença ambiental para o setor habitacional é quase certa.



Muitas casas de Vicente Pires foram construídas próximas de nascentes e minas d'água